

Gutman Uchôa de Mendonça

Escreve aos sábados e às terças-feiras neste espaço
Site: www.uchoademendonca.jor.br

Luciano Rezende está governando de maneira realista e vem combatendo os usuários de drogas que se amontoavam pelos bancos das praças

Os primeiros 150 dias

Caminhamos para os 150 dias de administração do sr. Luciano Rezende à frente da prefeitura da Capital, e o que estamos vendo é um homem com os pés fincados no chão, querendo realizar aquilo que, em boa gestão, pode ser chamado de exequível. Determinado, ao completar 100 dias na prefeitura, afirmou que sua frustração era não ter podido ainda domar a burocracia, mas para rompê-la terá que reformar leis, regulamentos, manias e substituir gente desqualificada para atender o contribuinte, a quem o município deve obrigações.

Um dos fatores importantes num bom administrador é evitar enganar a população. Dizer que vai realizar o irrealizável é desonesto. Atirar pedras nas costas do antecessor parece não fazer o estilo do prefeito. Poderia sair enumerando as tragédias deixadas às suas costas. Mas, de que serviria?

Vitória tem dois problemas sérios: insegurança e falta de espaço para o estacionamento de tantos veículos. Ago-

ra mesmo a cidade de São Paulo, a quarta em população e tamanho do mundo, está com um programa para construir nove garagens subterrâneas. Não será a solução definitiva, mas será um grande avanço.

Se Vitória não encontrar uma fórmula para retirar os veículos que atravancam as ruas, as áreas de escoamento do tráfego, promoverá o crescimento de Vila Velha, Serra e Cariacica, que possuem maiores áreas para se expandir. Essa preocupação está atormentando o prefeito Luciano Rezende, que pretende marcar sua administração com obras que aliviam a vida do cidadão, tragam satisfação aos que desejam morar na Capital.

No caso da segurança pública, Luciano Rezende, de forma determinada, vem combatendo os usuários de drogas que se amontoavam pelos bancos das praças.

Resistem ainda os “malabaristas do asfalto”, jovens de procedência peruana (mais notadamente) que aqui aportaram e tomaram conta dos sinais de trânsito, onde promovem ligeiras apresentações e depois passam o chapéu para os motoristas que ali pararam. Trata-se de uma forma de pressionar pelo auxílio, mas pelo menos não estão roubando.

Se continuar assim, o sr. Luciano Rezende vai nos surpreender.



José Carlos Corrêa

Escreve aos sábados neste espaço
E-mail: jccorrea@redegazeta.com.br

Qualquer brasileiro poderia repetir, sem hesitar, a frase de Joaquim Barbosa: “Não nos identificamos com os partidos que nos representam no Congresso”

Mentiras e verdades

Que a maioria dos partidos políticos brasileiros é de mentirinha, todo mundo sabe. Ao discursar na última segunda-feira, Joaquim Barbosa não disse novidade alguma. Qualquer brasileiro poderia repetir, sem hesitar, a frase de Barbosa que “nós não nos identificamos com os partidos que nos representam no Congresso, a não ser em casos excepcionais”. E, ainda, que “o grosso dos brasileiros não vê consistência ideológica e programática em nenhum dos partidos”.

Pesquisa realizada por alunos da Faculdade Estácio de Sá de Vitória, no ano passado, confirma que os eleitores ignoram solenemente os partidos políticos. Diante da pergunta “Tem simpatia ou antipatia por algum desses partidos?”, a grande maioria apontou a opção “indiferença” ao invés de “simpatia” ou “antipatia”. Em Jardim Camburi, a indiferença chegou a 60% do eleitorado, em Laranjeiras a 67% e em Terra Vermelha a 72%.

Contribuem para este cenário, entre outras coisas, a grande quantidade de partidos, a facilidade com que os políticos mudam de legenda e a legislação permissiva que admite tudo isso. Barbosa defendeu, no seu discurso, a adoção do voto distrital, fórmula difícil de ser apro-

vada por quem foi eleito pelo atual sistema e que resiste, até, a impedir as coligações nas eleições proporcionais. Coligações que geram distorções como o eleitor votar em um candidato de um partido e acabar lendo um de outro.

Os partidos mais representativos, como o PT, o PSDB, o PSB e o PMDB, poderiam, se quisessem, contribuir muito para melhorar o sistema partidário. Para começar, basta tornar atuantes os seus institutos de formação política que homenageiam personagens ilustres como Perseu Abramo, Teotônio Vilela, João Mangabeira e Ulysses Guimarães. A formação de quadros qualificados e identificados com a doutrina partidária é o caminho mais curto para tornar os nossos partidos fortes e representativos.

Para os partidos de aluguel, que não são lembrados por ninguém, que sobrevivem das sobras das eleições proporcionais e só participam das eleições majoritárias para barganhar tempo de TV e garantir algum cargo público após as eleições, uma cláusula de barreira seria oportuna. A cláusula foi derrubada no Supremo em 2006 sob alegação de inconstitucionalidade, mas valeria a pena examinar alternativas que possam impedir que a representatividade política virasse moeda de troca nas mãos de espertalhões.

Os partidos políticos não economizaram críticas às declarações de Barbosa. Melhor fariam se aproveitassem a oportunidade para se transformar em partidos, de fato, autênticos e verdadeiros.

Flávia de Sousa Marchezini

É procuradora do município de Vitória, mestre em História Social das Relações Políticas e professora de Direito Ambiental da FDV

A inserção social dos catadores é um grande desafio que será vencido com atenção à população de rua

Os desafios da coleta seletiva nos municípios

Em agosto de 2010 foi editada a Lei 12.305 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e no mesmo ano o Decreto Federal 7.404 a regulamentou. Esse novo cenário legislativo trouxe novos direitos, mas, principalmente, impôs deveres jurídicos e obrigações para o setor empresarial, para o indivíduo e para o Poder Público, com um maior número de atribuições e prazos para os municípios. Afastando a concepção de lixo como

bem inservível e reconhecendo o resíduo sólido como bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania, a Lei trouxe a coleta seletiva como um dos principais instrumentos para a concretização dos seus objetivos. Realizar adequadamente a coleta dos resíduos segregados, dando a eles uma destinação final ambientalmente adequada não é tarefa simples, principalmente no atual cenário consumista.

Vemos que mesmo as prefeituras que vêm se dedicando à implementação da coleta seletiva encontram alguns desafios a serem superados. O primeiro deles reside na insuficiência de recursos próprios e na necessidade de financiamentos do governo federal e seus agentes financeiros, cujo processo de liberação é altamente burocrático e moroso; tem-se ainda a insuficiência de um mercado local de reciclagem, fato que demanda o fomento não só das associações e cooperativas de catadores, mas de empresas, de iniciativas da sociedade civil organizada, da academia e seu necessário suporte de pesquisa e tecnologia.

A inserção social dos catadores é, em nosso sentir, um dos maiores desafios que não conseguirá ser vencido sem atenção à

população de rua, com programas de saúde voltados para os dependentes químicos e o rompimento de um vínculo verdadeiramente escravagista que possuem com os sucateiros e atravessadores; outra grande dificuldade está na ausência de uma “cultura da reciclagem”, com a conseqüente necessidade de ações de educação/sensibilização ambiental.

Ainda no campo da cultura política, tem-se o desafio da superação de um modelo de Administração Pública, para a adoção de uma concepção transdisciplinar e integrada de gestão. Por fim, apontamos o desafio do aprimoramento técnico e ético nas relações público-privadas, para a viabilização do sistema de logística reversa e de contratos que atendam às diretrizes da Lei e não onerem excessivamente o erário.